

# O TURISMO RURAL E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS EM QUESTÃO: A FORÇA DA IDENTIDADE CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO NAS MONTANHAS CAPIXABAS

## Rural Tourism and the Territorial Reconfigurations in Question: the Strength of Cultural Identity for the Development of the Mountains of Espírito Santo, Brazil

### RESUMO

Neste artigo analisa-se o processo de reconfiguração do território a partir da análise das experiências socioculturais que nele se desenvolvem. Adota-se uma perspectiva cultural de território, percebendo-o como uma forma de assentamento humano que carrega consigo a identidade de seus habitantes. Observou-se, em tais territórios, um ciclo virtuoso que parecia estar associado à dinâmica de aproximação do mercado de trabalho, de produtos e de serviços entre campo e cidade que neles se manifestava. O turismo rural era umas das atividades que se destacava na dinâmica econômica observada nestes pequenos municípios. O presente artigo objetivou-se descrever e analisar as mudanças que o turismo rural traz para o modo de vida da população com ele envolvida. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2012, nos municípios de Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo. Os dados obtidos, por meio dos oitenta e oito (88) questionários aplicados, foram analisados a partir de abordagem quantitativa e qualitativa. Para as análises estatísticas, utilizou-se o software SPSS 20.0. Para a descrição dos dados, utilizou-se de análise exploratória (EAD) e testes de hipóteses, adotando-se um nível de significância de 5%. Os resultados evidenciaram vários aspectos das transformações dos modos de vida das famílias envolvidas com o turismo rural. Contudo, tal processo não se estabelecia de forma homogênea entre os grupos sociais e os indivíduos. Constataram-se diferenças significativas, principalmente em decorrência de a trajetória agrícola preceder ou não à atividade turística.

Patricia Ferraz do Nascimento  
Universidade Federal de Viçosa  
patifena@hotmail.com

Ana Louise de Carvalho Fiuza  
Universidade Federal de Viçosa  
louisefiuza@ufv.br

Marco Aurelio Marques Ferreira  
Universidade Federal de Viçosa  
marcoaurelio@ufv.br

Neide Maria de Almeida Pinto  
Universidade Federal de Viçosa  
nalmeida@ufv.br

Recebido em 20/09/2013. Aprovado em 28/01/2014.  
Avaliado pelo sistema blind review  
Avaliador científico: Fernando Guilherme Tenório

### ABSTRACT

This paper analyzes the territory reconfiguration process based on the analysis of the socio-cultural experiences which occur in it. A cultural perspective of the territory is adopted considering it as a form of human settlement which brings in itself the identity of its inhabitants. We observed in such territories a virtuous cycle which seemed to be associated with the approach dynamics of the labor, products, and services market between city and countryside in which they manifest. Rural tourism was one of the activities that stood out in economic dynamics observed in these small municipalities. This study aimed at describing and analyzing the changes which rural tourism brings to the lifestyles of the populations involved. The survey was conducted during the year of 2012 in the municipalities of Domingos Martins and Venda Nova do Imigrante, in the State of Espírito Santo, Brazil. The data obtained via eighty-eight (88) questionnaires were analyzed by quantitative and qualitative approach. For the statistical analyses, we used the SPSS 20.0 software. For the data description, exploratory data analysis (EDA) and hypothesis testing were used, adopting a significance level of 5%. Results showed many aspects of changes in the lifestyles of the families involved with rural tourism. However, this process was not established homogeneously among social groups and individuals. Significant differences were observed, particularly due to agricultural trajectory preceding or not tourist activity.

**Palavras-chave:** Modos de vida, trabalho rural, turismo rural, transformações no campo.

**Keywords:** Lifestyle, rural labor, rural tourism, changes in the field.

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo rural materializa um tipo de desenvolvimento territorial marcado pela proximidade entre campo e cidade, revelada nas relações face a face entre citadinos e rurais. Esta maior proximidade entre campo e cidade, da qual o turismo rural é apenas uma das manifestações, segundo Wanderley (2009), não se manteve restrita apenas ao âmbito econômico, vindo a se manifestar, também, no modo de vida e nos hábitos das famílias que vivem no campo. Já na década de sessenta, Rambaud (1973) chamava a atenção para o fato de que o turismo rural na França inseria a população rural em um processo de profissionalização do trabalho, em que o trabalho rural perdia as suas características de atividade passada informalmente de pai para filho, tal como na *bricolage*<sup>1</sup> e adquiria um sentido e a vivência de trabalho como profissão *métier*<sup>2</sup>. Nesse contexto, no presente artigo objetivou-se em descrever e analisar as mudanças nos modos de viver e de trabalhar da população rural envolvida com a atividade de turismo no campo. A pesquisa que ora se apresenta foi realizada durante o ano de 2012, nos municípios de Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, localizados no Estado do Espírito Santo. Em ambos os municípios o turismo rural apresenta um grande fluxo de visitantes, coexistindo com a prática das atividades agrícolas na região.

A partir da década de 80, como destaca Kageyama (2008), o movimento de expansão das indústrias dos grandes centros urbanos, para os pequenos e médios municípios brasileiros, dinamizou nestes o mercado de trabalho, de produtos e de serviços, de forma a criar uma dinâmica intersetorial da economia, interconectando o setor primário, secundário e terciário da economia. Segundo o Censo de 2000, havia aproximadamente 15 milhões de pessoas economicamente ativas no campo no país e cerca de 1/3 delas trabalhavam em ocupações não agrícolas. Essas ocupações, ligadas a atividades orientadas para o consumo como: lazer, turismo, residência e preservação ambiental, foram aquelas que mais cresceram no campo, alcançando percentuais de 3,7% ao ano ao longo da década de 1990 (OLIC, 2013). Ademais, segundo dados do SEBRAE, divulgados em 2010, o turismo rural é uma das atividades econômicas que mais se desenvolve no País, apresentando um crescimento de aproximadamente

30% ao ano. No ranking mundial, o Brasil ocupa a quarta posição no segmento (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2012). Assim, as atividades não agrícolas e, particularmente, o turismo rural vêm se expandindo, aumentando a possibilidade de geração de renda por parte das famílias que vivem no campo.

No artigo apresenta-se, inicialmente, uma discussão sobre as teorias que buscam compreender os processos de transformação da sociedade rural e a passagem do trabalho feito à moda da *bricolage* ao trabalho feito dentro dos padrões do *métier*, bem como as demais mudanças que vão se manifestando nos modos de vida dos rurais. Em seguida, apresentam-se os dados empíricos referentes às mudanças em torno do trabalho e dos modos de vida na região pesquisada. A concepção teórica que embasou a análise dos dados privilegiou teóricos que vislumbravam o processo de interação entre citadinos e rurais, considerando-se o encontro cultural entre eles como um processo gradativo, negociado e mesclando a capacidade de agência do indivíduo com a presença dos imperativos estruturais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao estudar os processos de mudança nos modos de vida e trabalho rural, cabe destacar que esse fenômeno perpassa perspectivas teóricas dissonantes, havendo muitas controvérsias quanto à interpretação em torno da relação entre campo e cidade, bem como entre citadinos e rurais. Fazendo uma retrospectiva da relação entre campo e cidade na literatura sociológica, percebe-se que, antes de 1950, esta relação apoiava-se na ideia de um continuum rural-urbano, que tomava o rural e o urbano como espaços essencializados e opostos um em relação ao outro. A partir dos anos 1960, entretanto, esta visão empírica e antagonizada do rural e do urbano já apresentava dificuldades para se sustentar, em virtude de o processo de aproximação das relações entre campo e cidade tornar cada vez mais evidente o hibridismo cultural da vida no campo.

Segundo Wanderley (2009), a mistura entre elementos do modo de vida urbano com o rural se fez sentir, principalmente, em decorrência da monetarização das relações de trabalho e das trocas mercantis. Os habitantes do campo tornaram-se, também, consumidores de bens e serviços, aproximando o seu modo de vida ao dos citadinos, ainda que isto não significasse, por si mesmo, a perda da sua identidade. Desta forma, não fazia mais sentido pensar-se em um continuum evolutivo, tendo em vista que se tornava evidente que estes espaços estavam em contínua transformação, assim como os seus habitantes.

<sup>1</sup>Termo da língua francesa, utilizado por Rambaud (1973): Trabalho em que a técnica é improvisada, adaptada aos materiais, às circunstâncias.

<sup>2</sup>Termo da língua francesa, utilizado por Rambaud (1973): Tipo de ocupação manual ou mecânica que exige um aprendizado e que é fundamental à sociedade moderna.

Diante dessas aproximações entre os modos de vida de citadinos e rurais, uma nova vertente da literatura vem dando ênfase nas transformações relativas ao modo de vida, em detrimento das preocupações voltadas para o espaço. Expressam esta tendência atual os estudos sobre *livelihoods* de autores como Ellis (2000), Haan e Zoomers (2005), Pereira, Souza e Schneider (2010) e Perondi (2007). Com uma perspectiva menos voltada para a relação entre a sustentabilidade e os meios de vida, como a manifestada entre os autores citados anteriormente, mas também se voltando para as transformações nos modos de vida no campo, temos os estudos de Carneiro (2012) e Wanderley (2009), dentre outros, que cada vez se afastam mais de uma tendência centrada na análise do espaço rural para uma análise em torno das transformações e permanências em torno dos modos de vida dos habitantes do campo. Por isso, para Biazzo (2008), seria importante se observar que existem ruralidades e urbanidades, as quais expressariam as racionalidades, as construções simbólicas, as manifestações ou criações culturais concebidas, a partir de hábitos e costumes diferenciados localmente.

As concepções de Biazzo (2008) se coadunam com a de Rambaud (1973), que realizou uma ampla pesquisa sobre o processo de urbanização do campo na França, no pós-Segunda Guerra Mundial, defendendo a perspectiva de que a sociedade rural era parte de uma sociedade una, dada a força expansiva do modo de vida urbano, que, segundo ele, embora tivesse tido o seu nascimento na cidade, não se restringia a ela, envolvendo, também, o campo. Essa força expansiva, própria do modo de vida urbano, adviria do fato de a cultura urbana se identificar com uma cultura com características universalizantes, já que possuiria componentes materiais e símbolos, que propiciariam a abertura da sociedade para um amplo acesso e troca de informações e de bens materiais e culturais.

Porém, o gradativo e heterogêneo processo de aculturação da sociedade rural face à urbana não se estabeleceria de forma impositiva, como defende Burke (2010), em seu estudo sobre o hibridismo cultural. Os próprios habitantes do campo manifestariam o desejo de assumir um modo de vida mais urbano, em virtude de concebê-lo como sendo menos “sofrido” e “rude”. Tanto para Burke (2010), como para Rambaud (1973), o processo de urbanização seria antes de tudo mental e se manifestaria de forma segmentada e diferenciada em termos de grupos e indivíduos em uma dada sociedade. Cada indivíduo montaria o seu “*canivas*”, uma espécie de tela sobre a qual, de forma individualizada, cada um poderia tecer o seu próprio bordado, a sua própria trama, com aquilo que

escolheu pegar da cultura urbana. Ou seja, a tela seria a estrutura que serve de base para o indivíduo constituir as suas referências, a sua identidade, mas ela seria flexível, permitindo ao indivíduo fazer escolhas.

Burke (2010) mostra como este fenômeno se manifesta na música, na literatura, nas práticas culturais, na economia, na política, em diferentes culturas. Rambaud (1973), detendo-se à esfera do processo de transformação pelo qual os habitantes do campo passaram no Pós-Segunda Guerra Mundial, destacou que tal processo se dava de dentro para fora, não como uma simples imposição de um grupo dominante. Tal como Burke (2010), mostrou em seus estudos sobre o hibridismo cultural ao chamar a atenção para o fenômeno da circularidade cultural, Rambaud (1973) destaca que os rurais elaboravam representações sobre a cidade e sobre a cultura urbana em seu quadro mental de referência, o qual lhe servia de guia para orientar as suas atitudes e comportamentos.

Candido (1964), na obra *Os parceiros do Rio Bonito*, utilizando-se de uma abordagem bem próxima à de Rambaud (1973), descreve as transformações dos “meios ou condições de vida” em um agrupamento de caipiras, durante os anos de 1948 a 1954, em um município do interior de São Paulo. O autor utilizou-se tanto da Antropologia quanto da Sociologia, com dados históricos e estatísticos, buscando realizar um equilíbrio entre as duas. Metodologicamente, o autor lançou mão de dois recursos, a fim de buscar informações sobre a vida do homem do campo, sendo eles os documentos de relatos de viajantes dos Séculos XVIII e XIX, bem como de relatos de idosos da região, a fim de saber deles como era o “tempo dos antigos”. Segundo Candido (1964), a cultura e a sociedade rústica/caipira apontavam para o que existia de tradicional no Brasil. Para o autor, a sociedade caipira tradicional caracterizava-se por uma vida social fechada, com base na economia de subsistência e marcada por certa homogeneidade.

Segundo Perondi (2007), o termo “meios de vida” pressupõe um equilíbrio relativo entre as necessidades de dada sociedade e a sua satisfação por meio de recursos do meio físico. No entanto, as necessidades de uma sociedade não podem ser entendidas apenas pelo seu caráter natural, relativo à existência física dos indivíduos, mas também pelo seu caráter social e cultural, ou seja, as necessidades seriam inventadas pelo homem na vida em sociedade e a sua satisfação dependeria dos recursos por eles disponibilizados. A sociedade, portanto, precisaria se organizar a fim de satisfazer determinada necessidade. Essa organização da sociedade para satisfazer as suas

necessidades chamar-se-ia meios de vida ou modos de vida. Candido (1964) exemplifica bem o constructo meios de vida ao dizer: “o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida” (GOODFELLOW, 1939 apud CANDIDO, 1964, p. 11).

Nesse sentido, ao avaliar como se comportou a cultura caipira diante de fatores de perturbação representados pelo latifúndio produtivo comercializável, pelo desenvolvimento urbano, pelo escravo e pelo imigrante, Candido (1964) demonstra que o modo de vida caipira passou por uma redefinição de vínculos de dependência, que incorporaram a órbita da fazenda e das povoações, afastando-se relativamente das estruturas tradicionais típicas. A situação estudada pelo autor seria resultado da coexistência dos fatores de persistência, os quais contribuiriam para a continuidade dos modos tradicionais de vida e dos fatores de transformação que representariam a incorporação de padrões modernos. Diante da realidade de mudança, o autor classifica três indivíduos típicos: 1) o caipira que procura enquadrar-se ao máximo às novas condições; 2) o que se apegua à vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; 3) o que é totalmente incapaz de ajustar-se às duas condições anteriores.

Além do mais, segundo o autor, a realidade seria complexa e não permitiria ver na influência exercida pela urbanização um processo evolutivo simples e unívoco. Na verdade, os fatores tradicionais exerceriam ação reguladora, não raro envolvendo os outros, combinando-se a eles, integrando-os de certo modo no seu sistema: “A situação não é de substituição mecânica dos padrões; mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social” (CANDIDO, 1964, p. 161). A “acomodação” do caipira aos padrões urbanos se faria conforme o encontro de condições satisfatórias para substituir os seus próprios padrões de vida. Por fim, Candido (1964) argumenta que este fenômeno não deveria ser encarado em si como expressão de uma cultura vivendo fases do seu desenvolvimento, dentro de uma perspectiva evolutiva, mas, antes, como um fenômeno global de aproximação entre a cultura das cidades que vai absorvendo as variedades culturais rústicas, desempenhando, portanto, cada vez mais, o papel de cultura dominante, pela imposição de suas técnicas, seus valores e padrões de vida.

Na década de 1990, surge no Brasil uma nova abordagem para os processos de transformação do rural, em que a terminologia novo rural foi cunhada e utilizada para descrever as mudanças pelas quais vem

passando o campo brasileiro, dentro de uma perspectiva macroestrutural, centrando o foco das mudanças nas transformações das estruturas sociais e econômicas. De acordo com Silva (1997), pensar as diferenças entre rural e urbano torna-se cada vez menos importante. Segundo o autor, o rural hoje deve ser entendido como um continuum do urbano no nível espacial e, no que se refere à estrutura econômica e de trabalho, o rural não pode ser mais identificado ao agrário e o urbano ao industrial.

De acordo com Silva (1997), essas mudanças que estão tornando o rural mais urbanizado são, em parte, resultado do processo de industrialização da agricultura, do avanço do capitalismo sobre o campo. Neste processo, a atividade agrícola deixa de ser um sistema autárquico para se integrar à economia geral e, por outro lado, fruto de mudanças políticas, econômicas e sociais ligadas à questão do status profissional e ao encurtamento de distâncias a partir das inovações em comunicação e transporte. O autor aponta, assim, para uma nova sociedade: a pós-industrial. Dentro do chamado novo rural, o autor destaca a importância de dois processos: a presença da pluriatividade e das atividades não agrícolas no campo. Segundo ele, de um lado, os agricultores e trabalhadores rurais assalariados se dedicariam à agricultura por tempo parcial, combinando-a, de forma crescente, com atividades rurais não agrícolas ou atividades urbanas; de outro, os profissionais de origem urbana, atraídos pela vitalidade do novo rural, passariam a reconhecer no campo a oportunidade para o desenvolvimento de seus negócios.

Veiga (2004), ao analisar o destino da ruralidade dentro do processo de globalização, utiliza-se de uma abordagem territorial e se baseia em variáveis empíricas. O pesquisador afirma que a dicotomia rural-urbano continua a perpetuar em seus extremos duas hipóteses opostas: a da completa urbanização de Henri Lefebvre de 1970 e a do renascimento do rural de Bernard Kaiser de 1972. No entanto, Veiga questiona a utilidade de ambas para a atual situação em que se encontra o rural. Para ele, tanto a hipótese da urbanização do campo de Lefebvre, quanto a do renascimento do rural, de Kaiser, deveriam ser em partes refutadas e em partes verificadas, o que levaria, segundo ele, a uma terceira: “[...] o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo” (VEIGA, 2004, p. 67).

Nesse sentido, Veiga (2004) defende que, nos últimos vinte anos, tornou-se cada vez mais forte a atração exercida pelo rural em todas as sociedades desenvolvidas. Mas essa atração pouco teria a ver com a relação que essas sociedades tiveram com o rural no passado. A atual

ruralidade não faz voltar os elementos da ruralidade pretérita e por isso não cabe o termo renascimento, já que essa atração ancora-se em outros elementos, no caso as amenidades rurais. Assim, a urbanização tende a revigorar a ruralidade, mediante mutações. Por fim, Veiga (2004) coloca que não cabe falar em um único destino para a ruralidade, mas, segundo ele, a globalização parece apontar vários destinos para ela.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada teve um caráter cross-sectional, com a aplicação de questionários uma única vez a cada respondente. A coleta de dados foi realizada com a população de dois municípios Capixabas: Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, municípios caracterizados pelo desenvolvimento crescente do turismo rural combinado com atividades agrícolas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011), 75,7 % da população de Domingos Martins residem no campo, sendo 90% das propriedades de base familiar. A renda advinda do café se constitui na base da economia do município, seguindo-se do turismo. O município de colonização alemã, pomerana e italiana oferece infraestrutura voltada para o turismo rural, como hotéis, pousadas, sítios de hospedagem e de lazer, cafés coloniais e campings.

Já Venda Nova do Imigrante conta com uma população de 20.447 habitantes e 5.638 habitantes residem no campo, ou seja, um percentual bem menor que o de Domingos Martins. O município, também, tem no café a principal fonte de renda do município, com o mesmo estando presente em 90% das propriedades. O município é conhecido como a Capital Nacional do Agroturismo, atividade em plena expansão na região (IBGE, 2011). Desde 1991, os produtores se associaram ao Centro de Desenvolvimento Regional do Agroturismo, criando e organizando roteiros de visitação para os turistas. Por fim, vale destacar que os dois municípios são vizinhos

e se inscrevem dentro de um mesmo território de rotas e caminhos turisticos, que compõem os destinos turisticos das Serras Capixabas.

Em uma primeira etapa de identifica o dos empreendimentos, listaram-se cento e onze empreendimentos rurais que recebiam turistas, estando os mesmos distribuídos em oito circuitos turisticos. Em virtude de em alguns casos os gestores não terem sido encontrados nas propriedades, aplicou-se ao todo oitenta e oito questionários, em todos os circuitos. Os dados obtidos por meio dos questionários foram tabulados e submetidos quando pertinente a análises estatisticas com a ajuda do software SPSS 20.0. Para a descri o dos dados, partiu-se de uma análise exploratória (EAD). Posteriormente foram realizados testes de hipóteses, sendo estes: testes de m dias para as variáveis métricas e teste *Qui-quadrado* para algumas variáveis nominais, adotando-se um nível de significância de 5% para todos os testes.

A progressiva passagem do trabalho no campo da *bricolage* para o *métier* se constitui no ponto central pelo qual se estabelecem todas as outras mudanças em torno dos modos de vida no campo. A fim de realizar essa análise, trabalhou-se com as seguintes variáveis: tipos de trabalho realizados pelos gestores de turismo rural, forma o, tipos de aprendizagem, escolaridade, renda, realiza o de planejamento e contabilidade, consumo e tempo.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa de campo constatou-se que em 36,4% dos empreendimentos visitados existiam apenas atividades não agrícolas. Na maioria dos estabelecimentos, ou seja, em 63,6% deles, dedicavam-se   combina o do turismo com a atividade agrícola (Tabela 1). Nestes empreendimentos turisticos, 40,9% dos respondentes nunca haviam trabalhado antes com a agricultura e 59,1% deles vinham de uma trajetória de trabalho na agricultura. Assim, ao estabelecer uma rela o cruzada entre trabalhar com turismo e trajetória anterior a ele, observou-se a seguinte situa o:

**TABELA 1** – Rela o entre trajetória na agricultura e tipos de atividades desenvolvidas na propriedade

		Atividades da propriedade		Total
		Atividades não agrícolas	Atividades agrícolas e não agrícolas	
O respondente já trabalhou com agricultura/afins	Não	20	16	36
	Sim	12	40	52
Total		32	56	88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

Os dados apresentados mostraram que ter uma trajetória de trabalho com a agricultura influenciava na sua manutenção, mesmo mediante o desenvolvimento do turismo rural, corroborando com os resultados encontrados em estudos como o de Carneiro (2012). Aqueles que não vieram de uma trajetória de trabalho na agricultura se dedicavam mais a trabalhar de forma exclusiva com atividades não agrícolas<sup>3</sup>. Ainda em relação aos tipos de trabalho desenvolvidos, constatou-se que 44,3% dos respondentes realizavam mais de uma atividade. Dentre estes, 64,1% combinavam o turismo rural com a atividade agrícola. No entanto, também foram citadas outras atividades, a saber: comerciante (7,7%), artesão(ã) (5,1%), consultor(a) (5,2%); professora (5,1%); feirante (2,6%), cozinheira (2,6%), pedagoga (2,6%) e por fim observou-se um caso de tripla atividade (2,6%) em que a empreendedora do turismo era, também, agricultora e costureira. Percebeu-se, assim, uma tendência à diversificação produtiva do campo.

Quando se destaca a passagem do trabalho realizado enquanto *bricolage* para o trabalho realizado como *métier*, o que se quer evidenciar, segundo Rambaud (1973), é que a *bricolage* se caracterizaria por ser uma herdada, passada de pai para filho, em que o imprevisto e a falta de precisão eram características marcantes, enquanto que o *métier* exigiria uma formação, uma preparação mais formal. A *bricolage* se caracterizaria pela adaptação, pela aplicação de técnicas e ferramentas antigas em projetos novos, de forma improvisada. No *métier* a técnica assumiria contornos precisos e preditivos em relação aos resultados a serem alcançados, permitindo, inclusive, uma maior segurança em relação aos resultados a serem obtidos e alcançados no futuro. Na pesquisa os dados mostraram que as fontes de ensinamento eram muitas, no entanto, as que mais prevaleceram foram as formas híbridas de aprendizagem, em que os conhecimentos advindos do saber-fazer passado pela família combinavam com aqueles saberes adquiridos por meio, também, de cursos, como pode ser observado pela Tabela 2 exposta a seguir.

<sup>3</sup>Constatou-se que 20 dos 36 respondentes que não vieram de uma trajetória de trabalho na agricultura se dedicavam exclusivamente às atividades não agrícolas. Já dos 52 respondentes que vieram de uma trajetória de trabalho agrícola, 12 abandonaram a agricultura, enquanto que a maioria (40 respondentes) passou a combinar atividade agrícola com não agrícola. Diante dos resultados obtidos acima, realizou-se o teste de independência do *qui quadrado* que constatou que as variáveis eram dependentes ( $p=0,02$ ) indicando que ter ou não uma trajetória de trabalho na agricultura estava relacionada com o tipo de atividade desenvolvida na propriedade.

**TABELA 2** – Fontes de aprendizagem do trabalho no turismo rural

Fontes de aprendizagem	Porcentagem (%)
Família e prática	22,7
Família, prática e cursos	62,5
Cursos	14,8

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

Os resultados apontam a predominância de uma mescla entre o saber-fazer herdado e praticado de forma espontânea, com o conhecimento adquirido pelo curso. Os tipos puros de conhecimento, herdado ou aprendido em cursos foram minoritários. Ou seja, os empreendedores na atividade turística consideram esta uma profissão que se estrutura sobre um patrimônio cultural herdado, mas que necessita se adaptar às exigências de qualidade advinda com os padrões urbanos de consumo trazidos pelos cidadãos. Corroborando tal afirmação, o fato de que 94,3% dos respondentes terem dito que viam o seu trabalho no turismo rural como a sua profissão e 95,5% que já realizaram algum tipo de curso para trabalhar com o turismo rural. Os cursos realizados pelos respondentes variavam desde culinária, boas práticas de fabricação, passando por formação de preços, contabilidade e atendimento aos turistas. A fim de constatar outras mudanças nas práticas de trabalho advindas com o turismo, indagou-se dos entrevistados se observavam mudanças na forma como realizavam o trabalho voltado para o turismo (Tabela 2).

Pelo exposto, observou-se que ocorreram várias mudanças na forma de fazer as atividades, mudanças essas advindas de uma exigência do mercado e do público consumidor, corroborando, assim, com estudos como os

**TABELA 3** – Mudanças na forma de realizar o trabalho

Mudanças	(%)
Qualidade dos produtos e dos serviços	81,8
Apresentação/aparência	59,1
Estrutura física	51,1
Técnicas de preparo, ingredientes e medidas	46,6
Máquinas e equipamentos	45,5
Higiene e boas práticas	33,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

de Silva (1998), que mostram que o trabalho no turismo rural tem adquirido um caráter de *métier*. Abaixo, citam-se alguns relatos dos empreendedores sobre a forma como se processaram estas mudanças:

“Mudou a estrutura, a gente fazia num fogão à lenha, numa tapagem toda aberta. Hoje a gente já reformou a parte de produção, que é toda telhada, toda azulejada. O fogo já não é mais direto, a gente montou uma caldeira pra tá fazendo, pra poder ter um pouco mais de higiene na parte da produção. Inventamos, também, uma máquina de bater o açúcar.” (Respondente 1, mulher, 42 anos)

“Nós usamos as mesmas peças de carne, os mesmos invólucros. A forma de fazer é a mesma, mas a gente foi fazendo alguns ajustes. Por exemplo, antigamente a gente amarrava com embira, que é uma tira de uma árvore, depois era com um barbante muito forte, depois foi com tira de náilon. Ai, veio a rede [...] e hoje a gente já faz com rede. [...] A questão do sal, antigamente não pesava, a minha mãe botava na mão, via e dava sempre certo. Mas pra mim eu já uso o peso, balança, cálculo e é aquilo, tenho certeza que vai ficar bom e é por aí. [...] também uso o ar condicionado por causa da mudança do tempo, antigamente era mais frio, não precisava.” (Respondente 6, mulher 64 anos)

“Mudou a carne, porque eles (os *nonnos*) faziam com a carne do pescoço do suíno, essa carne é muito fibrosa e gordurosa e nós mudamos porque nós percebemos que os turistas queriam pra tira gosto e esse socol dos nossos *nonnos*, eles usavam como comida principal, pra mesa mesmo, eles davam até um nome, era sagrado. [...] eles não tinham dinheiro pra comprar presente, eles presenteavam com socol. No entanto, se alguém comesse fora de hora, assim, pra tira gosto, era motivo de briga. Por isso que nós mudamos.” (Respondente 8, mulher, 54 anos)

“[...] esse cesto aí (aponta o dedo para o cesto) é do meu pai, ele que fazia. O meu sobrinho mais velho aprendeu com o papai. Porém, o papai, você pode ver, ele aproveitava esses arames velhos, porque italiano tinha muito desse negócio de aproveitar. Ele ia lá onde o moço mexia com cabo de energia, pegava esses arames, vinha a pé e ele aproveitava tudo. Mas o meu sobrinho já usa só taquara, ele é mais técnico.” (Respondente 2, mulher, nativa, 61 anos)

No primeiro relato, nota-se como o uso da tecnologia e de equipamentos é percebido como tendo vindo para facilitar o trabalho. No segundo, faz-se, também, alusão ao uso de equipamentos, como o ar condicionado, bem como as mudanças em torno do uso de medidas e pesos, que, segundo Candido (1964), revela uma racionalização da vida material. No terceiro relato foram citadas as mudanças em torno de um dos alimentos mais típicos da região e que atrai, também, a curiosidade do turista, o socol. De acordo com a respondente número oito (8), o alimento passou por uma série de mudanças, em virtude das mudanças na sua própria função, de alimento sagrado dentro da cultura rural tradicional, a um tira gosto para os turistas. Por fim, no último relato, cita-se a substituição do cesto, que era confeccionado a partir de restos de materiais e que, atualmente, é feito com material próprio para cesto.

Um aspecto citado pela respondente número um (1) merece destaque. Refere-se à capacidade de invenção dos rurais. Presenciaram-se, durante a realização da pesquisa, quatro casos em que os respondentes disseram ter inventado algum tipo de máquina ou equipamento, em função das especificidades dos trabalhos que executavam, estando essas invenções muito ligadas à inteligência prática dos rurais e às necessidades impostas pelo trabalho no dia a dia, mostrando, assim, a permanência de formas de *bricolage*. Entre as invenções estavam: uma máquina de peneirar o fubá; uma máquina de prensar aipim; uma máquina de ferver caldo de cana e uma bateadeira para mexer o açúcar. As falas que se seguem ilustram este caráter inventivo face às necessidades sentidas:

“[...] hoje existem máquinas para pequenas indústrias, mas para uma quantidade de produção um pouco maior, acaba ficando um pouco caro, aí o que a gente consegue vai inventando. Dá aquele jeitinho, dá uma bordoadada pra lá, uma batidinha pra cá.” (Respondente 1, mulher, nativa, 42 anos)

“[...] as máquinas fui eu que desenvolvi também. Uma máquina pra abanar (peneirar) fubá. A gente acaba copiando alguma coisa dos outros. Eu fui ao Rio Grande do Sul, vi uma lá. Cheguei aqui e fiz a minha. Fiz também uma máquina de misturar o aipim cozido. Compro os materiais em ferro velho. Porque na verdade a gente trabalha tanto, o trabalho da gente é tão cansativo que se a gente não inventar nada pra facilitar fica difícil. Essa do aipim é tudo em inox. Eu imagino na cabeça e vou fazendo.” (Respondente 5, homem, nativo, 50 anos)

De acordo com Rambaud (1973), os rurais distinguem o “saber” da “cultura”. O saber estaria ligado à capacidade de “pensar bem”, de refletir. E nesse ponto, eles mesmos se reconhecem superiores aos citadinos, em razão de seu espírito criador diante de situações complexas que os obrigam a resolver por eles mesmos vários problemas, enquanto que os citadinos têm certa passividade procurando soluções “compradas” para as dificuldades cotidianas. Mas se a *bricolage* se constituía em um fator de permanência do provisório nas práticas cotidianas dos gestores de turismo rural, outros aspectos foram introduzidos ou incrementados nas suas práticas cotidianas, como as ações associativas.

A participação em associações e sindicatos, segundo Veiga (2004), constituiu-se em mais um indicador do processo de transformação das práticas de trabalho dos gestores. A participação dos gestores de turismo rural em associações, sindicatos e cooperativas pode ser tomado como um indicativo de abertura para práticas típicas do processo de profissionalização. Observou-se que 89,8% dos respondentes estavam ligados a alguma associação ou grupo de turismo rural; 38,6% eram associados ao sindicato de produtor ou de trabalhador rural e 27,3% a alguma cooperativa de crédito. Outro aspecto relativo ao processo de transformação da sociedade rural diz respeito à educação que se mostra cada vez mais, segundo Veiga (2004), em um processo de adaptação aos imperativos da sociedade do conhecimento. Na pesquisa, constatou-se que o número de anos de estudo variava entre 4 e 21 anos, ficando a média em torno de 10 anos. A maioria dos respondentes (35,2%) possuíam o ensino médio completo, outros 21,6% possuíam o ensino fundamental incompleto, como pode ser observado na Tabela 4.

A formação dos habitantes do campo no nível técnico e superior aponta para a conexão entre campo e cidade no mundo atual. Segundo Durán Vázquez (2011) os imperativos socioculturais atingem a todos na moderna sociedade do conhecimento e da comunicação. No entanto, segundo Rambaud (1973), existiriam fatores culturais autóctones que contribuiriam para reduzir o seu nível de escolaridade dos rurais, tais como: a falta de “paciência” dos mesmos para esperar o tempo necessário para o término de uma formação superior; bem como a grande importância que a sociedade rural atribuiria ao trabalho, fazendo com que os indivíduos comessem a trabalhar muito cedo. No caso estudado, a idade com a qual o respondente começou a trabalhar variou entre 5 e 36 anos, sendo a média de 11,5 anos.

Para exemplificar essa cultura do trabalho como elemento central e importante para a população que vive no campo, cita-se abaixo o relato de um casal de empreendedores do turismo rural que sempre trabalhou na agricultura, manifestando a sua indignação contra a atual legislação que proíbe as crianças de trabalharem, defendendo, assim, a importância do trabalho para a formação moral de uma pessoa:

**TABELA 4** – Nível de escolaridade dos respondentes

Nível de escolaridade	Porcentagem (%)
Ensino fundamental incompleto	21,6
Ensino fundamental completo	10,2
Ensino médio incompleto	3,4
Ensino médio completo	35,2
Ensino técnico incompleto	6,8
Ensino técnico completo	5,7
Ensino superior incompleto	1,1
Ensino superior completo	9,1
Pós-graduação especialização	5,7
Pós-graduação doutorado	1,1
Total	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

“Marido: “Quando criança a gente tinha que fazer alguma coisa, capiná o quintal, catar frutas pros animais. Eles (os mais velhos) não deixavam a gente na folga, não. Não é igual hoje que só pode trabalhar depois que tá maconhado, porque se botasse trabalho neles, as crianças não iam atrás disso (drogas). Então é muito triste isso daí, né. Faz umas leis, eu acho, absurdas e depois quem trabalha é que tem que pagar. “Tanto trabalho que a pessoa poderia aprender.”  
Esposa: “e depois com 16 anos, você acha que uma pessoa que nunca trabalhou vai querer trabalhar?”  
Marido: “aquele que quer fazer, que recebeu uma idoneidade, né, esse vai pra frente, agora aquele que não aprendeu fica aí no cabide de emprego, porque não consegue fazer por conta própria.” (Questionário 9, nativos, pluriativos, homem 68 anos, mulher 66 anos)

Na fala anterior, pode-se notar também certa aversão do agricultor pluriativo em relação ao trabalho

assalariado, denominado por ele de cabide de emprego. Essa opinião ilustra bem a racionalidade ainda presente na sociedade rural em que o trabalho por conta própria é o mais desejável e ocupa lugar de destaque. A perspectiva de se ter um patrão e do tempo de trabalho rigidamente determinado são contrários à noção de autonomia típica do modo de vida camponês presente na sociedade rural. Ao se utilizar a correlação de Pearson, a fim de mensurar a existência de correlação entre os anos de estudo e a idade com que a pessoa começou a trabalhar, percebeu-se que esta correlação era positiva, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a idade com que o respondente começou a trabalhar e vice-versa. Observou-se, ainda, que os respondentes que não trabalharam com agricultura começaram a trabalhar mais tarde em relação aos que já haviam trabalhado com a agricultura. Os primeiros começaram a trabalhar com a média de 14,61 anos, enquanto os segundos com uma média de 9,35 anos<sup>4</sup>.

No que diz respeito quanto à produção para a subsistência, verificou-se que, na grande maioria das propriedades, (79,5%), existia produção para o autoconsumo. No entanto, essa produção era pequena, dado que aproximadamente 80% das propriedades compravam fora da propriedade mais de 50% dos alimentos que consumiam, como pode se observar na Tabela 5.

**TABELA 5** – Porcentagem de alimentos comprados fora da propriedade

Alimentos comprados fora	Frequência	(%)
Menos de 25%	5	5,7
De 26 a 50%	13	14,8
De 51 a 75%	7	8,0
Mais de 76%	23	26,1
Quase 100%	22	25,0
100%	18	20,45
Total	88	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

<sup>4</sup>A fim de saber se as médias eram estatisticamente diferentes, realizou-se o teste T para as duas amostras independentes, entre os que trabalharam e os que não trabalharam com agricultura. Assumindo - se que as variâncias não eram iguais ( $p = 0,018$ ), percebeu-se as médias das idades entre a população que trabalhou e que não trabalhou na agricultura eram diferentes. Portanto, pode-se dizer que a média da idade com que se começou a trabalhar com agricultura era estatisticamente menor do que a da população que não trabalhou, ou seja, os que já trabalharam com agricultura começaram a trabalhar mais cedo do que os outros, afirmando assim novamente o poder do trabalho na sociedade rural agrícola.

Essa constatação corrobora Candido (1964), Carneiro (2012) e Wanderley (2009), que destacam as mudanças nos modos de vida dos agricultores face ao processo de integração à sociedade capitalista, destacando que os bens de consumo antes produzidos em nível doméstico, passavam cada vez mais a serem substituídos por itens comprados fora da propriedade. Também a presença da monetarização mostra como ganha cada vez mais importância, na sociedade capitalista, as relações produtivas pautadas no dinheiro. O trabalho para subsistência vai aos poucos sendo substituído pelo trabalho remunerado. Esse aspecto do processo de transformação das relações sociais no campo pode ser claramente vislumbrado na fala de uma gestora do turismo rural: “Nosso meio de vida, hoje é muito melhor do que era antigamente, hoje, todo dia você vê dinheiro” (Respondente 10, nativa, mulher, 41 anos). Como destacam Carneiro (2012) e Wanderley (2009), os bens de consumo se tornam cada vez mais obtidos pela compra, substituindo a produção realizada no nível doméstico. Dessa forma, de uma fase em que o dinheiro era quase ausente, sucedeu outra, em que este assumiu caráter cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e da venda. Essa mudança pode ser compreendida melhor pelo depoimento de uma agricultora aposentada que descreveu o tempo de antigamente, em termos de produção:

“Só comprava açúcar, trigo e arroz, o resto era tudo feito em casa: fazia biscoito, broa. Pra 11 filhos precisava fazer muito, né? A gente comprava trigo a saco, não era a quilo, não. Porque até que ia à cidade comprar mais, tinha que comprar um saco. Era difícil porque não se tinha dinheiro e se tinha que fazer tudo.” (Depoimento 1, agricultora aposentada, 71 anos)

A monetarização mostrou-se uma constante nas relações estabelecidas pelas famílias que trabalhavam com atividades relacionadas ao turismo rural. O rendimento mensal total das 87 famílias variou de R\$1.000,00 a R\$25.000,00 reais, ficando a média em torno de R\$5.180,00. Considerando-se todas as fontes de renda, constatou-se que 18,2% dos respondentes declararam ter renda advinda de aposentadoria e/ou pensão, 57,7% da agricultura e 37,5% de outro trabalho ou fonte de renda exterior à propriedade. Quanto à fonte de renda mais importante para a família, observou-se que para 47% dos respondentes a renda mais importante era a do turismo rural, para 17% a agricultura, para 14% a combinação do turismo rural e da atividade agrícola, e para outros 16% era outro trabalho. Ainda, em relação à renda mensal aferida

apenas com a atividade de turismo rural esta variou entre R\$124,00 e R\$17.500,00 reais, ficando a média, em torno de R\$2782,50 reais.

Observou-se, ainda, que o turismo rural, dentro da realidade estudada, deixou de ser considerado uma atividade de cunho acessório, visto apenas como complementar à agricultura, embora fosse percebido como podendo até revitalizá-la. Nas falas dos entrevistados surgiram depoimentos afirmando que o turismo rural, às vezes, contribuía para evitar as oscilações de preço do mercado, por se constituir em uma oportunidade de vender os produtos in natura ou processados, diretamente ao turista, por preços melhores que os de mercado. Estes eram vendidos dentro das propriedades para os turistas, bem como em feiras semanais de agroturismo, que elevavam consideravelmente a renda familiar. Esse papel de centralidade e importância do turismo rural foi destacado na fala de uma gestora:

“[...] a agricultura pára e o turismo continua. A agricultura é muito instável. Tá muito difícil você falar: eu vivo de agricultura. Não vive, gente! Tá muito difícil.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

Quanto à posse de alguns bens e serviços que eram, originalmente, considerados como citadinos, observou-se que itens e serviços como: energia elétrica, água encanada, fogão a gás, geladeira, máquina de lavar e/ou tanquinho e televisão estavam presente em 100% das propriedades. O computador em 86,4%, Em relação ao tipo de fogão mais utilizado no domicílio, em 65,9% dos casos o que predominava era o fogão a gás e em 19,3% combina-se o uso de fogão à lenha e fogão a gás, enquanto que apenas em 14,8% utilizava-se, principalmente, o fogão à lenha, mesmo possuindo o fogão a gás.

Outro fator impactante nos modos de vida das famílias que trabalham com turismo rural na região serrana do Espírito Santo está relacionado à acessibilidade aos meios de transporte. O automóvel se constituiu no principal meio de locomoção utilizado pela família em 94,3% dos casos, seguido da moto (3,4%) e do ônibus (2,3%). Os meios de locomoção tradicionais como charrete e cavalo, ou mesmo a falta de meios de transporte, não foram citados uma única vez. No que se refere ao acesso às tecnologias de comunicação observou-se que 76,1% dos respondentes possuíam telefone fixo, 98,9% possuíam celular e 78,4% possuíam internet em casa:

“Eu gosto do lugar que eu moro. Aqui tem conforto, tem de tudo, até internet hoje já tem. Hoje em dia

você não vive sem o celular. Você fica perdida se você não tiver em contato com alguém.” (Respondente 19, mulher, nativa, 42 anos)

O acesso da população, que vive no campo, nesta região, a bens e serviços antes restritos aos citadinos, constitui-se em um dos mais expressivos retratos da transformação dos modos de vida no campo. Rambaud (1973) e Wanderley (2009) apontam para um movimento de paridade social e econômica entre os habitantes do campo e da cidade. De acordo com Rambaud (1973), essa paridade seria fruto, em parte, da integração da sociedade rural à economia e à sociedade global. No entanto, deve-se fazer uma ressalva, nesse ponto, haja vista que esta integração não se estabelecerá de forma uniforme, já que existem desigualdades e diferenciação entre os grupos sociais que habitam o campo. Como destaca Carneiro (2012), as diferenças econômicas e sociais entre os grupos sociais que habitam o campo mostrariam que este processo de aproximação entre os modos de vida do campo com os da cidade, dá-se de forma heterogênea e em ritmos diferenciados.

Outro indicador utilizado para mensurar as mudanças nos modos de vida no campo se refere ao uso da contabilidade na condução dos empreendimentos de turismo rural. De acordo com a teoria, a realização da contabilidade do negócio indicaria mudança de mentalidade. Neste sentido, observou-se que 61,4% dos empreendimentos realizavam a contabilidade, enquanto que 29,5% disseram fazer a contabilidade mais ou menos, ou seja, a contabilidade era feita, mas não de forma precisa. Segundo Rambaud (1973), esse mais ou menos expressaria um conhecimento aproximativo, tipicamente rural, tal como os 9,1% que declararam não ter qualquer controle, ou fazer qualquer contabilidade do negócio. Os motivos que levaram os respondentes a realizarem a contabilidade do negócio, estavam relacionados em 46,2% dos casos à necessidade de ter um controle e em 40,7% das vezes à necessidade de saber o lucro, indicando assim, uma mentalidade em que não existiria mais o medo de calcular. Isso se daria, de acordo com Rambaud (1973), porque a produção deixaria de ser apenas para a subsistência e passaria a adquirir uma conotação econômica, de lucro. Para Candido (1964), a necessidade de compra e venda cada vez maior exigiria a construção desse orçamento.

Os motivos relacionados à realização da contabilidade no formato do mais ou menos ou da não realização do mesmo foram relacionados em 52,9% dos casos à falta de hábito, em 8,8% à falta de tempo e em

11,7% ao medo de desanimar. De acordo com Candido (1964), a necessidade da construção de um orçamento seria algo imposto pelas transformações da sociedade e representaria uma transformação em relação ao modo de vida tradicional do homem do campo, já que antes os bens eram produzidos em casa e havia um intercâmbio mais restrito, econômico mais restrito. Assim, o cálculo, no sentido restrito do termo, quase não existiria. Assim, compreendem-se melhor as justificativas dos gestores que relataram realizarem a contabilidade mais ou menos e dos que nunca a realizavam, como se pode observar nas falas que se seguem:

“(…) é muito difícil (fazer a contabilidade), já tentei fazer umas três vezes, eu sou muito ruim pra mexer com isso [...] Eu não tenho tempo, tem tanto trem pra você olhar e mexer, não sei nem que hora você vai parar pra fazer a contabilidade. Tem um ditado que fala: “Quem trabalha muito não tem tempo de ganhar dinheiro.” (Questionário 83, homem, nativo, 43 anos)

“(…) não adianta ir atrás de pouca coisa. Se a gente for olhar fica maluco. Faz assim um gasto geral com a comida, gasolina, óleo pro trator. Esses gastos assim. Mas se for pra falar assim, quanto custa uma saca de café, fica difícil, porque é muita coisa pequena que você tem que anotar. Porque se é uma propriedade grande, que a pessoa trabalha com empregado, com máquina, aí é muito mais fácil. Agora aqui é mais difícil. A gente anota, assim, mais superficial né, porque é difícil separar. [...] e no final, se você fica anotando todas essas coisas, a gente fica sem saber o que fazer, no final a gente fica doido e não faz nada.” (Respondente 9, homem, nativo, 68 anos)

Assim, a partir das justificativas apresentadas pelos gestores, buscou-se verificar se a racionalidade de caráter pré-capitalista englobaria uma lógica reprodutiva que

prescindiria da realização da contabilidade. Procurou-se, portanto, analisar a relação entre os tipos de atividades desenvolvidas na propriedade e o hábito de se realizar a contabilidade do negócio. Utilizou-se para tanto, o teste *Qui quadrado*, efetuando-se uma tabulação cruzada entre as variáveis, como exposto na tabela que se segue.

Observando-se a Tabela 6 constata-se que a utilização da contabilidade se apresentou em um percentual maior nas unidades produtivas que trabalhavam apenas com atividades não agrícolas<sup>5</sup>. A atividade agrícola interpõe um prolongamento entre o início e o final da atividade. Esse intervalo de tempo poderia ser cheio de incertezas e acasos, ameaçando a renda que foi projetada, dificultando a realização de planejamentos para o futuro. Dentro dessa perspectiva, o futuro seria associado à incerteza. Não se teria segurança em projetar o futuro, haja vista as intempéries a que a atividade agrícola está submetida. Pode-se observar esse medo na fala de uma gestora, ao se remeter à atividade agrícola:

“A gente depende do tempo, a gente luta sempre com essa incerteza, a gente confia em Deus, trabalha e espera. Não é como um empregado que no final do mês, se choveu ou se deu sol, ele vai tirar 5 mil, por exemplo.” (Respondente 49, nativa, mulher, 47 anos).

Essa racionalidade expressa na fala expressaria ainda práticas marcadas por procedimentos técnicos de pouco domínio sobre os fenômenos naturais, interpretados como vontade de Deus. Já a atividade turística parece oferecer uma perspectiva de maior confiança e previsibilidade diante do futuro. A fala que se segue ilustra esta situação:

<sup>5</sup>O teste de independência qui quadrado confirmou que existia relação de dependência ( $p=0,04$ ) entre o hábito de realizar ou não a contabilidade e a presença de atividades agrícolas na propriedade.

**TABELA 6** – Relação entre as atividades desenvolvidas e a realização da contabilidade

		A contabilidade do negócio é feita			Total
		Não	Mais ou menos	Sim	
Tipos de atividades desenvolvidas na propriedade	- Apenas atividades não agrícolas	0	8 (25%)	24 (75%)	32
	- Atividades agrícolas e não agrícolas	8 (14%)	18 (32%)	30 (53,5%)	56
Total		8	26	54	88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

“Desde que você tenha um negócio que seja aceito, você tem uma renda, não com tanta certeza, mas você tem uma perspectiva que você não vai depender tanto da natureza, como a gente via na agricultura. Você tem dinheiro todos os dias, você pode fazer uma programação para o ano que vem. Você tem uma perspectiva, na agricultura você tá sempre sujeito às intempéries da natureza e a perder tudo.” (Respondente 52, nativo, homem, 68 anos)

Assim, verificou-se que a remuneração econômica em uma atividade menos dependente das intempéries da natureza, no julgamento deste agricultor, permitiria o planejamento. Nesse sentido, 84,1% dos respondentes disseram ter planos para o empreendimento. Esses planos se referiam em 56,7% dos casos a reforma ou ampliação do espaço físico, em 17,6% a construção de hospedagem e em 9,5% a compra de equipamentos e máquinas. Outro aspecto relacionado ao planejamento para o futuro foi observado pela busca pelo crédito. Segundo Silva (1998), dentro de uma sociedade rural tradicional pegar dinheiro emprestado significava dizer que não se era capaz de sustentar a si mesmo e a sua família. Na pesquisa realizada na região serrana do Espírito Santo, observou-se que 71,6% dos gestores já haviam acessado algum tipo de crédito, sendo 54,0 % para o turismo rural, 20,6% para o turismo e agricultura e 25,4% apenas para a agricultura. O turismo rural mostrou-se, assim, constituir-se em uma razão motivadora maior para a busca do crédito que a agricultura. Talvez em função dos riscos naturais serem menores e a possibilidade de retorno ser mais segura.

Outro indicador sobre as mudanças nos modos de vida no campo se refere ao hábito de tirar férias. Na sociedade rural tradicional, como demonstra Thompson (1998), sempre existiu dias de trabalho e de não trabalho, mas não se tinha o hábito de tirar férias. Esse traço da cultura rural fica bem claro na fala de um agricultor pluriativo, quando perguntado se tirava férias. Ele simplesmente respondeu: “*Só quando chove, né!*” (Respondente 9, homem, 68 anos). Como ele, 59,1% dos respondentes disseram não tirar férias; enquanto 40,9% disseram ter o hábito de fazê-lo. Os motivos destacados pelos gestores para não tirar férias estavam relacionados: à falta de tempo (50,9%), à falta de hábito (13,2%), pouco tempo de funcionamento do empreendimento turístico (7,5%), família pequena (5,7%) e falta de mão de obra (3,8%). Estas motivações ficaram mais bem ilustradas nas falas de alguns gestores:

“[...] a propriedade não espera, você sai quem que vai cuidar? A gente não consegue.” (Respondente 25, mulher, nativa, 40 anos)

“Não consigo, não acostumei. É hábito, é a cultura da gente. Quem é empregado chega a época das férias já se programa pra ter aquele mês de férias.” (Respondente 19, mulher, nativa, 42 anos)

Assim, o hábito de tirar férias e a vivência do tempo de não trabalho permanece como uma característica forte da sociedade rural. No entanto, essa mentalidade já não é mais exclusiva entre os atuais habitantes do campo. Uma parcela menor, porém significativa, 40,9% vem adquirindo esse hábito.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo buscou-se descrever e analisar mudanças e permanências nos modos de viver e trabalhar da população rural envolvida com a atividade de turismo no campo, frente aos processos de transformação pelos quais a sociedade rural vem passando. Partiu-se do pressuposto de que o turismo rural, enquanto uma atividade não agrícola, típica da sociedade moderna, que promove o contato constante entre citadinos e rurais, bem como uma maior monetarização das relações sociais, imprimiria novos contornos ao modo de vida dos rurais envolvidos com a atividade turística.

De forma geral, observou-se um hibridismo e uma linha tênue de separação entre as formas de se pensar o trabalho como *bricolage* e enquanto *métier*, embora a tendência deste último se acentuasse mais entre os empreendedores turísticos que não vinham de uma trajetória agrícola. As variáveis que revelaram mais fortemente o caráter de *métier* do trabalho foram: a realização de contabilidade, a realização de planejamento, a participação em associações, a renda, o acesso ao crédito e ao consumo. Verificou-se que a maior parte dos rurais (84,1%) tem realizado planejamentos no trabalho, a contabilidade da propriedade (61,4%) e acessado linhas de crédito para investimentos (71,6%), revelando, portanto, o reconhecimento da utilidade do controle e a perda do medo de calcular.

A *bricolage* mostrou-se mais forte no caso de outras características e variáveis, como as relacionadas ao poder inventivo dos rurais e as fontes de aprendizagem do trabalho que realizavam. Percebeu-se a mescla entre cursos profissionalizantes, conhecimentos passados de

geração em geração e conhecimentos adquiridos com a prática do trabalho. Quanto às invenções, observou-se que elas estavam ligadas ao saber-fazer prático dos rurais e as necessidades impostas pelo dia a dia de trabalho. Em relação ao hábito de tirar férias, este ainda não estava tão presente no cotidiano dos rurais, em virtude das imposições do trabalho e da natureza. A lógica do mais ou menos, em termos de contabilidade da propriedade turística, se fez presente em parte significativa da população, (38,6%), expressando um conhecimento aproximativo, tipicamente rural.

Constatou-se, também, que os estabelecimentos turísticos que não advinham de uma trajetória agrícola realizavam a contabilidade de forma mais expressiva que os que dela vinham. Essa dificuldade estaria relacionada à instabilidade agrícola que interporia sempre uma longa duração entre a terra e o trabalho, período esse cheio de incertezas que ameaçariam a renda que foi projetada. Por fim, pode-se considerar que as variáveis utilizadas no estudo se mostraram coerentes para avaliar os modos de vida e de trabalho na sociedade rural em transformação. Ademais o presente artigo traz contribuições para os estudos na área de sociologia rural apresentando resultados que podem servir como suporte para repensar as políticas públicas para o campo, visto que apresenta uma concepção deste como um espaço em franco processo de integração às transformações globais, mas marcado por ritmos diferenciados e por especificidades ligados aos grupos sociais e aos indivíduos.

## 6 REFERÊNCIAS

- BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 132-150.
- BURKE, P. **Hibridismo cultural**. Madri: Akal, 2010. 116 p.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.
- CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 268 p.
- DURÁN VÁZQUEZ, J. F. **La metamorfosis de la ética del trabajo**: constitución, crisis y reconfiguración de la ética del trabajo. Santiago de Compostela: Andavira, 2011.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000. 296 p.
- HAAN, L.; ZOOMERS, A. Exploring the frontier of livelihoods research. **Development and Change**, Oxford, v. 36, n. 1, p. 27-47, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 nov. 2011.
- KAGEYAMA, Â. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- OLIC, N. B. **Aspectos do novo rural brasileiro**. Disponível em: <[http://www.clubemundo.com.br/pages/revistapangea/show\\_news.asp?n=100&ed=4](http://www.clubemundo.com.br/pages/revistapangea/show_news.asp?n=100&ed=4)>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- PEREIRA, M. de A.; SOUZA, M. de; SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 41-62, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/775.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- PERONDI, M. Â. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Editions du Seuil, 1973. 343 p.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Turismo rural no Brasil cresce à taxa de 30% ao ano**. Disponível em: <<http://sebraemgcomvoce.com.br/2010/12/15/turismo-rural-no-brasil-cresce-a-taxa-de-30-ao-ano/>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

---

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, J. G. da et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. et al. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. p. 11-56.

SILVA, M. C. **Resistir e adaptar-se**: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal. Porto: Afrontamentos, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.51, n.18, p.51-67, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.